



A P R E S E N T A Ç Ã O

Literaturas pós-coloniais em línguas românicas: o porquê deste número temático

Postcolonial Literatures in Romance Languages: Why this Special Issue

Iolanda Vasile

Instituto Camões, Lisboa / Portugal

Universidade de Oeste de Timișoara, Timisoara, Timis / Romênia

Universidade de Coimbra, Coimbra / Portugal

iolanda.vasile@gmail.com

1 Sobre o colóquio

O primeiro número do dossiê temático “Literaturas pós-coloniais em línguas românicas”, que aqui apresentamos, é um dos resultados do colóquio internacional homónimo, que teve lugar na Universidade de Oeste de Timișoara, na Romênia, em 15 de maio de 2018. O colóquio foi organizado pelo Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões na Universidade de Oeste de Timișoara e pelo Centro de Estudos Românicos da mesma Universidade em parceria com o Projeto *BLEND: Desejo, Miscigenação e Violência: o presente e o passado da Guerra Colonial Portuguesa*,¹ coordenado pela professora Maria Paula Meneses no Centro de Estudos Sociais, laboratório independente da Universidade de Coimbra. As línguas de trabalho no colóquio foram o português, o francês e o espanhol que, apesar da sua carga hegemónica enquanto línguas imperiais, ainda se mantêm na periferia nos campos dos estudos

¹ A página do projeto pode ser consultada em: <https://ces.uc.pt/projetos/blend/>

póscoloniais e literários, sobretudo se comparados com as teorias póscoloniais desenvolvidas no mundo de língua inglesa.

Como o nosso desejo era ter um número bastante diverso, que pudesse representar o maior número possível de espaços póscoloniais, para além dos trabalhos apresentados no colóquio, escolhemos abrir uma chamada para artigos. Os artigos propostos acabaram realmente por enriquecer o debate, questionando o próprio campo dos estudos póscoloniais e a sua empregabilidade em vários espaços e temporalidades. No mais, os artigos também introduziram o debate sobre o giro decolonial na América Latina. O grande número de artigos recebidos permitiram a existência de dois números, ambos a serem publicados pela *Caligrama*. Por isso, para além do presente número, um segundo número temático será publicado na primavera de 2019.

Os artigos que abaixo apresentamos debatem em profundidade uma série de questões transversais para os chamados estudos póscoloniais, enfatizando o seu carácter interdisciplinar, que, ao indagar problemas locais, tocam igualmente o global e o transnacional.

O objetivo deste número foi estabelecer um espaço comum de diálogo entre investigadoras e investigadores provenientes de várias geografias – América Latina e Europa, cujos interesses se debruçam nos estudos póscoloniais em diferentes espaços de fala (português, espanhol e francês).

A escolha desta forma de escrita sem hífen é intencional e vai na senda do pensamento da Anne McClintock, onde o “pós” no póscolonial expressa uma história híbrida, não linear, não eurocêntrica e esbranquiçada, tanto no que diz respeito ao “desenvolvimento linear” do tempo, imposto pelo colonialismo e a modernidade europeia (MCCLINTOCK, 1992; MENESES, 2008), como também através do questionamento de conceitos inventados nas academias europeias e norte-americanas para definir espaços antes colonizados pelos próprios (HENRIQUES, 2016). Esta crise de conceitos, e o próprio espaço póscolonial, pode ser reapropriado através das várias leituras críticas do colonial e dos seus contínuos desdobramentos no presente. Impõe-se a saída do binarismo colonial/póscolonial, tanto em termos conceituais, como também cronológicos e geográficos (metrópole/colónia), pois trata-se, obviamente, de geografias múltiplas e temporalidades que respondem ao outro entendimento do sistema-mundo, que teria no cerne a invenção

do mundo a partir do Sul Global,² assim como também exemplificado pelos artigos deste número.

Os temas que passam este número começam com os espaços póscoloniais angolanos e o papel da mulher, enquanto protagonista e autora, na construção duma contra-memória capaz de realizar a descolonização literária (CAMMARATA, 2018). O cânone literário nacional latino-americano é novamente questionado através da presença indígena,³ vinculada, no contexto andino, à questão da língua – castelhano *versus* quechua e aymara (MARSAL, 2018). Depois, passando a temporalidades mais recentes, a “barbárie imperialista”, a partir da Argentina, fala sobre “a descolonização como processo violento de emancipação” (POSADA, 2018, p. 51). O papel da história, da memória e do esquecimento são salientados ao falar sobre o genocídio ruandês (RODRIGUES, 2018). A identidade nacional, a construção da nação, a cidadania e as suas várias representações de pertença são retomadas através do romance histórico angolano (PEIXOTO, 2018). O número encerra com os espaços póscoloniais magrebinos, através da interpretação de obras de escritoras magrebina radicadas na França (MARCUS, 2018). A literatura de *intransgers*,⁴ descendentes da colônia e escritores da periferia, fecha ciclicamente o número, voltando a questionar o cânone

² O Sul Global se constrói em oposição com o Norte Global e mostra a divisão do mundo em função dos polos não geográficos de poder, onde o Norte coordena, através do poder económico, o “progresso, desenvolvimento e os avanços”, entendidos em termos de superioridade tecnológica, económica e epistémica, onde qualquer outro conhecimento é invalidado como inferior e subalterno, portanto descartável, e ultimamente, apropriado.

³ É fulcral, ainda mais quando se trata dos estudos póscoloniais, fazer a distinção do uso da palavra “indígena” na América Latina, por comparação com o seu uso no continente africano. “Indígena”, no contexto latino-americano, refere-se às populações originárias do continente. No continente africano, a palavra “indígena” tem uma conotação pejorativa, assim como empregada pelos estados coloniais, que, por oposição com o “colono”, viam no “indígena”, a população local “não civilizada”, que precisava ser instruída nos “costumes europeus”. Esta hierarquização de base fenotípica foi em tanto mais visível no colonialismo português que em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau pôs em prática o “Estatuto do Indígenato” (1926-1961). No entanto, a classificação fenotípica mais notória no continente africano é o sistema do *apartheid* na África de Sul. Rodésia de Sul é um outro exemplo de Estado colonial regido pela minoria branca. São inúmeros os trabalhos que tratam em pormenor estas questões.

⁴ Os estrangeiros de dentro.

literário e as múltiplas identidades que compõem e pertencem aos espaços póscoloniais.

Deste modo, o presente número logra abarcar vários póscolonialismos, falando sobre as diversidades do termo através de nuances, de histórias e estórias que, a partir do lugar de fala, geram conhecimentos e questionamentos locais. São geografias, temporalidades, gêneros e cores distintos, que formam o *puzzle* do póscolonial escrito no plural, através de uma multiplicidade de vozes. E é justamente esta pluralidade de vozes nos vários espaços póscoloniais e, a partida, o indagar da existência de uma voz própria, com agência (SPIVAK, 1988), que munuiu os estudos precursores aos estudos póscoloniais.

2 Sobre a teoria póscolonial

Nos anos 1970 surgem na Índia os *Subaltern Studies*, os Estudos Subalternos, como tentativa de reescrita da historiografia Sul-Asiática, considerada elitista. O passado ainda recente de um Estado-nação construído através dos compromissos politicamente necessários para forjar uma voz comum na luta contra o domínio inglês, aliado a um presente dominado por um capitalismo moderno, que reproduzia e mantinha as desigualdades do domínio colonial, constituíram um cenário propício para a emergência de novas discussões em torno da capacidade de auto-representação do (subalterno) indiano.

Em 1982, Ranajit Guha, aliado a outros oito acadêmicos indianos radicados no Reino Unido, Índia e Austrália, formaram o colectivo editorial para o primeiro número dos *Subaltern Studies*. Os artigos publicados transformaram-se numa forte crítica póscolonial, que engajou tanto o marxismo gramsciano, como o pós-estruturalismo, enquanto crítica do “humanismo” europeu e eurocêntrico. Contudo, tal como destaca Gyan Prakas, os estudos subalternos ganharam vigor na crítica póscolonial graças a uma combinação de inúmeros factores, tais como “Marxism, poststructuralism, Gramsci and Foucault, the modern West and India, archival research and textual criticism”⁵ (PRAKAS, 1994, p. 1490). A crítica dos estudos subalternos contesta a historiografia local, pois o propósito principal declarado era o de produzir análises históricas

⁵ Tradução nossa: “Marxismo, pós-estruturalismo, Gramsci e Foucault, o Ocidente moderno e a Índia, pesquisa de arquivo e criticismo textual.”

que visassem como sujeitos da história os grupos subalternos, conforme demonstram as palavras do próprio Guha:

We are indeed opposed to much of the prevailing academic practice in historiography...for its failure to acknowledge the subaltern as the maker of his own destiny. The critique lies at the very heart of our project (GUHA, apud CHAKRABARTY, 2000, p. 15).⁶

Com o passar do tempo, os debates encenados pelos Estudos Subalternos envolveram os seguintes conceitos e pares binários, apoiando-se também num discurso póscolonial: “ambivalência”, “geografia cultural”, descolonização, semi-colonização, pluralismo, identidade nacional, “relocalização”, eurocentrismo, “ocidentalização”, centro/margem, colonialismo/póscolonialismo, diferença/universalidade, local/global, etc.

É importante salientar que os *Subaltern Studies* ganharam ressonância em vários lugares do mundo, tal como atesta a fundação da *Latin American Subaltern Studies Association* em 1992. Esta extensão durou até 1998, quando a associação se dissolveu quase organicamente, pois os seus integrantes perceberam ter aplicabilidade limitada e elitista ao contexto latino-americano, que precisava de estudos mais situados, capazes de falar com e sobre as particularidades das complexas realidades do continente Latino-Americano. Como consequência, nos anos a seguir, nasceu o grupo *modernidade/colonialidade*, que através dos seus nomes mais exponenciais, desenvolveu conceitos como colonialidade do poder (QUIJANO, 1992, 2000, 2005, etc.), colonialidade do saber (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2003, etc.) e colonialidade do ser (MIGNOLO, 1995; Wynter, 2003; MALDONADO-TORRES, 2007, etc.), entre tantos outros conceitos que ajudaram a estender e aprofundar os debates sobre póscolonialismos, descolonização, colonialidade e descolonialidade, possibilitando a abertura de “articulações na diferença” (FERREIRA, 2016, p. 162).

⁶ Tradução nossa: “Nós nos opomos, de facto, à maioria das práticas correntes académicas na historiografia... por causa do seu falhanço em reconhecer o subalterno como fazedor do seu próprio destino. A crítica assenta justamente aí, no cerne do nosso projeto.”

Nesta tentativa de pensar póscolonialismos situados,⁷ no espaço de fala portuguesa é notável o artigo “Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity” (SANTOS, 2002), que, para além de abarcar as duas visões de interpretação do “pós”, em chave atemporal e crítica, descentraliza o já elitista e norte-americano centrado “póscolonialismo”. Todas estas leituras confluem com trabalhos anteriores desenvolvidos por pensadores africanos, que falaram sobre conhecimento situado em interpretação póscolonial, a partir do continente africano. No continente africano, este processo de desconstrução do entendimento da formação de uma ideia de África e de uma crítica profunda e argumentada das relações binárias entre África e o “outro” Europeu, relações construídas na diferença e “Outridade”, foi iniciado pelo queniano Ngũgĩ wa Thiong’o (1986), com a “descolonização do pensamento”. Na mesma linha, os termos de “invenção da África” e da “ideia de África” do Valentin Yves Mudimbe (1988, 1994) e o *postcolony* (“postcolónia”) do Achille Mbembe (1992, 2000) refutam as limitações epistemológicas de muitas teorias que continuam a ler o mundo em binarismos reprodutores da “livraria”, e do pensamento, colonial.

E, porque, para citar o professor António Sousa Ribeiro (2012, p. 40), “[...] a teoria só é crítica quando se mantém fiel ao princípio de autoreflexividade”, vejamos um apanhado das análises, antes políticas que culturalistas, empregues pelos artigos deste número. O dossiê traz obras de Angola, Ruanda, Argentina, Peru, França e Argélia, quatro escritoras e três escritores, cujos romances são baixo à atenta lupa dos autores dos respetivos artigos.

3 Sobre os artigos deste número

Vincenzo Cammarata reflete “sobre o processo de descolonização literária” na obra *A cabeça da Salomé* da escritora angolana Ana Paula Tavares. Através duma análise do discurso religioso e do papel da mulher na ancestralidade *bantu*, o autor provoca uma releitura da obra e, conseqüentemente, da identidade angolana, como desta decorre. Cammarata introduz a contra-memória como alternativa subversiva capaz de trazer à tona a multiplicidade de discursos identitários que coexistem

⁷ Referência ao conceito de “conhecimentos situados”, utilizado por Donna Haraway (1988) com respeito aos estudos feministas.

no território angolano e que foram silenciados sistematicamente pela história dominante, tanto no período colonial, como no póscolonial.

Mertixell Hernando Marsal analisa a obra *El pez de oro*, do peruano Gamaliel Churata, a partir das influências dos cronistas coloniais Gracilaso de la Vega y Guman Poma de Ayala. O artigo reflete sobre o projeto de descolonização cultural a partir do paradigma de conhecimento e vida dos indígenas andinos, questionando o potencial subversivo dos textos coloniais ao passo que se pergunta o que representa a literatura latino-americana.

Adolfo Posada dissecou a novela *Gracias* do argentino Pablo Katchadjian, que interroga sobre a descolonização enquanto processo violento de emancipação preso entre o pós e o neocolonial. Com base nas teorias póscoloniais, mas também nos pensamentos do grupo modernidade/colonialidade, o artigo traz à tona o debate sobre as novas formas de dominação, escravidão e barbárie.

Adriana Cristina Aguiar Rodrigues, a partir da obra da escritora e sobrevivente ruandesa Scholastique Mukasonga, aporta sobre a memória tutsi e os discursos sobre as identidades políticas e culturais oriundos no tempo colonial que continuaram na independência e levaram ao genocídio de 1994.

Carolina Tavares Peixoto faz uso do romance histórico *Yaka*, do escritor angolano Pepetela, para escrutinar as múltiplas valências da ideia de identidade nacional abarcada pela “angolanidade”. E, neste questionar da pertença, o artigo reflete sobre o lugar da população não negra na construção do ideal de nação.

Ioana Marcu faz uma genealogia do conceito de estudos póscoloniais, dificilmente empregue na França, assim como a própria autora nos mostra, e verifica a sua aplicabilidade a dois romances de autoras contemporâneas. As obras escolhidas são *Un homme, ça ne pleure pas*, de Faïza Guène, uma *beurs* (filha de magrebinos na França), e *Mohand le harki*, de Hadjila Kemoum, filha de *harki* (argelinos que serviam de auxiliares no exército francês na Guerra de Independência de Argélia, 1954-1962).

Em suma, podemos concluir que a teoria póscolonial – e os binarismos que a primeira vista desta se desdobram – não dá conta da pluriversalidade de experiências dos mundos profundamente transformados pelos processos de colonização direta e indireta, assim como as epistemologias dos sul também nos demonstram (MENESES,

2008; SANTOS E MENESES, 2009; RIBEIRO, 2012, etc.). Igualmente, não consegue ultrapassar moldes de pensamento que foram transferidos para as sociedades atuais, e as dinâmicas entre os actuais nortes e seus globais são o melhor exemplo disto. Interpretamos, desta forma, os estudos póscoloniais como espaços heterogêneos de negociação que, apesar das relações de poder intrínsecas, têm a capacidade de renovação a partir de dentro, pendente a ressalva que nenhuma teoria é autossuficiente, nem messiânica. Por isso, como este dossiê temático aporta, é necessária a conjugação epistemológica interdisciplinar com os estudos de migração, culturais, de gênero, de memória, sobre raça, diáspora e genocídio, para que as histórias sejam contadas a partir da periferia e pelas pessoas que as protagonizam. A criação de vários centros de produção de conhecimento, para além de diminuir a existência de periferias, e permitir uma co-habitação menos desproporcionada entre centro e periferia possibilitará escrever póscolonialismos plurais, diferenciados, heterogêneos.

Agradecimentos

Agradecemos aos avaliadores e avaliadoras anônimas para o *feedback* construtivo, às colegas que realizaram a revisão de língua e a edição, pelo seu profissionalismo e, não por último, à comissão editorial da revista *Caligrama*, na pessoa da professora Aléxia Teles Duchowny, que, para além de prontamente aceitar a nossa proposta de número temático, ofereceu um apoio constante na sua elaboração.

Referências

CHAKRABARTY, D. Subaltern Studies and Postcolonial Historiography, *Nepantla: Views from South*, Durham, v. 1, n. 1, p. 9-32, 2000.

FERREIRA, A. P. Articulações para um pós-colonialismo em calão do Sul global. In: RIBEIRO, A. S.; RIBEIRO, M. C. (Org.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 145-165.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/3178066>.

HENRIQUES, I. C. Classificar o Outro: historização e flutuação dos conceitos. In: RIBEIRO, A. S.; RIBEIRO, M. C. (Org.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 123-144.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Ed.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MBEMBE, A. Provisional Notes on the Postcolony, *Africa: Journal of the International African Institute*, Cambridge, v. 62, n. 1, p. 3-37, 1992. DOI: <https://doi.org/10.2307/1160062>.

MBEMBE, A. *De la postcolonie: essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Karthala, 2000.

MCCLINTOCK, A. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term "Post-Colonialism". *Social Text*, Durham, n. 31/32, p. 84-98, 1992.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008.

MIGNOLO, W. Decires fuera de lugar: sujetos dicentes, roles sociales y formas de inscripción. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima-Berkeley, v. 21, n. 41, p. 9-31, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/4530794>.

MIGNOLO, W. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MUDIMBE, V.-Y. *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MUDIMBE, V.-Y. *The Idea of Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

PRAKAS, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*, Oxford, v. 99, n. 5, p. 1475-1490, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/2168385>.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, Pittsburg, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. DOI: <https://doi.org/10.5195/JWSR.2000.228>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RIBEIRO, A. S. Vítima do próprio sucesso? Lugares comuns do pós-colonial. In: BRUGIONI E. *et al.* (Org.), *Itinerâncias. Percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012. p. 39-48.

SANTOS, B. S. Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002. DOI: <https://doi.org/10.3368/lbr.39.2.9>.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SPIVAK, G. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan, 1988. p. 271-313.

THIONGO´O, N. *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey; Nairobi: Heinemann Kenya; Portsmouth, N. H.: Heinemann; Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986.

WYNTER, S. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation – An Argument. *The New Centennial Review*, East Lansing, v. 3, p. 257-337, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3368/lbr.39.2.9>.